

Um jornal de fato!

Ji

Jornal Imagem

Governo de MS forma mais 479 novos soldados da Polícia Militar

O Governo de Mato Grosso do Sul, por meio da PM (Polícia Militar), realizou na quarta-feira (18) a formatura dos novos soldados da PM sul-mato-grossense. Os militares são oriundos do último concurso público e serão apresentados à sociedade após passarem pelo Cefap (Curso de Formação no Centro de Ensino, Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar).

Desde janeiro os 479 militares trabalham para se capacitar e, assim, fortalecer a segurança pública na Capital e no interior do Estado. O período de instrução dos novos soldados foi encerrado na terça-feira (17).

Neste período foram oferecidas tanto instruções teóricas quanto práticas sobre atividades policiais militares. Os soldados também já saem do Cefap habilitados com o Curso de Agente de Fiscalização de Trânsito e o curso para laborar o Promuse (Programa Mulher Segura), totalizando 2.078 horas-aula.

Além disso, os militares passaram por estágios operacionais em diversas unidades da Capital e do interior do Estado, aprimorando suas habilidades práticas. Esse esforço resultou na formação de policiais militares capacitados para proteger a sociedade sul-mato-grossense.

Após oito meses de



curso e um investimento estatal superior a R\$ 2.527.756,96 na execução do CFSD, turma 37ª, os novos soldados estarão prontos para servir à comunidade, destacando-se nas unidades de todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

Solenidade - A formatura militar será realizada na modalidade tradicional, com guarda de honra e

desfile da tropa. Por se tratar de um evento de grande porte, sendo uma das maiores turmas já formadas no nosso estado, a estimativa de público é de três mil pessoas.

A solenidade especial acontece a partir das 8h, no quartel do Comando Geral da Polícia Militar, na Av. Desembargador Leão Neto do Carmo, 1203, Jardim Veraneio, em Campo Grande.

“Imposto menor em MS reduz preços e atrai novos negócios com geração de empregos”, diz governo

Reduzir impostos para colher crescimento econômico. A receita que deu certo em Mato Grosso do Sul conta ainda com um bom ambiente para realizar negócios, novos ou já consolidados no Estado, ampliando a atuação empresarial e atraindo investimentos privados diversos para o território sul-mato-grossense, sem afetar a capacidade estadual de investimento público em setores elementares, com infraestrutura, educação, entre outros.

Os números não mentem: Mato Grosso do Sul lidera índices nacionais como investimento público per capita, crescimento da indústria de transformação, universalização do saneamento básico, investimento em segurança pública, menor endividamento familiar, terceira menor taxa de pobreza e quarta menor taxa de desocupação. E também o de estado com o menor imposto.

Essa é apenas uma amostra de como a política desenvolvimentista sul-mato-grossense tem garantido os melhores resultados para a população do Estado e, assim, criando um ambiente cada vez mais propício ao desenvolvimento econômico-empresarial.

Para alcançar o pata-

mar atual a redução de impostos, em especial com pacotes direcionados para os empreendedores de médio e pequeno porte, é um fator que o Governo de Mato Grosso do Sul trata como fundamental para atingir os objetivos buscados.

Desde 2023 uma série de reduções fiscais vem sendo implementadas pela gestão estadual, sob o comando do governador Eduardo Riedel, que não deixa de destacar a confiança no crescimento acima da média nacional nos próximos anos sempre que há oportunidade para tal.

Uma das principais ações passa pela manutenção da alíquota do ICMS em 17%, a menor do país. A decisão vai contra a tendência de outros estados e reflete um compromisso de Mato Grosso do Sul em promover, da forma correta, o desenvolvimento regional. Prova disso é que, apenas entre janeiro e novembro de 2023, apesar das deduções fiscais, a arrecadação cresceu 9,1%.

“Manter a alíquota aumenta a nossa competitividade e atrai ainda mais investimentos. A nossa aposta é em preservar a capacidade de compra e a capacidade produtiva, ter crescimento econômico com aumento de arrecada-

ção, sem aumentar impostos”, conta Riedel.

Itens essenciais da cesta básica foram consideravelmente impactados com a redução de tributos, fazendo a diferença no cotidiano dos cidadãos. Produtos como arroz, feijão e até mesmo erva-mate, um símbolo da cultura local, estão na lista de desoneração do ICMS. A hortifruticultura também foi isenta, refletindo em benefício direto no bolso do consumidor e também para a merenda escolar, oriunda de associações de produtores rurais.

Além disso, nesse período o governo estadual reduziu a base de cálculo do ICMS do GNV (Gás Natural Veicular) de 17% para 12% e isentou o IPVA de veículos leves movidos a GNV. Essas ações visam não apenas aliviar a carga tributária sobre a população, mas também estimular a economia local e fomentar o empreendedorismo em Mato Grosso do Sul.

“O grande ganho é da sociedade, porque a empresa transfere os impostos para os produtos, é custo”, explicou o presidente da Fiems (Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul), Sergio Longen, quando da ocasião da decisão do Governo de Estado em reduzir



os tributos – fato que recebeu o apoio do setor produtivo como um todo.

Baixar Impostos Para Fazer Dar Certo

Aproximadamente 24 mil microempresas de Mato Grosso do Sul estão recolhendo menos impostos estadual desde o dia 5 de maio do ano passado, quando passou a valer o pacote de desonerações do Governo de Mato Grosso do Sul, impactando tanto no fluxo dos negócios e quanto no preço para o consumidor. O decreto, de número 16.177, isentou microempresas com faturamento anual de até R\$ 360 mil do pagamento do ICMS no regime Simples Nacional.

Intitulado ‘Baixar Impostos Para Fazer Dar Certo’, o programa é a cereja do

bolo de uma política voltada para a geração de empregos e renda, com incentivo a diversos setores como comércio, alimentação, agronegócio, indústria, supermercados, atacadistas e transporte. A desoneração total do programa somou R\$ 38 milhões, sendo que desse montante R\$ 24 milhões referem-se ao ICMS Equalização e R\$ 12 milhões ao Simples/PGDAS.

Titular da Semadesc (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação), Jaime Verruck destacou que a iniciativa é um passo importante para garantir a competitividade das pequenas empresas, com melhores condições para o crescimento de suas receitas. “É uma ação crucial para o

setor que mais gera empregos no Estado”, afirmou.

Representando o setor produtivo, o presidente da Amems (Associação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de Mato Grosso do Sul), Fernando Martins, apontou a ação como importante, em especial por dois pontos consideráveis.

“A desoneração do ICMA Equalização que é o imposto que os empresários pagam sobre a compra da mercadoria de fora do Estado é importante pois ajuda o empresário a ter fôlego e não precisar antecipar o pagamento do imposto. O outro ponto é a desoneração pelo cálculo da PGDAS que é o ICMS que você calcula dentro do Simples Nacional e faz o recolhimento”, detalhou.

Comitê se reúne para definir plano antiapagão e horário de verão

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico realiza, na quinta-feira (19), no Rio de Janeiro, uma reunião extraordinária em que deve ser apresentado um plano de contingência para evitar apagões e garantir a segurança no fornecimento de energia elétrica no país até 2026.

O governo tem demonstrado preocupação com o assunto porque o Brasil passa pela pior seca dos últimos 94 anos e, com a chegada do calor, deve enfrentar picos mais altos de consumo.

O comitê é formado pelas principais autoridades do setor elétrico: ministro e secretários do Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Empresa de Pesquisa Energética, entre outros.

Isso impacta direta-

mente a produção de energia nas hidrelétricas. Os rios que abastecem os reservatórios das usinas estão com volume abaixo da média histórica, sobretudo no Norte do país.

A consequência é o acionamento de usinas térmicas, que são mais caras e poluem mais, ou no gasto da reserva estratégica de água em outras usinas para enfrentar o período seco nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Com o acionamento das termelétricas, por exemplo, houve a mudança no patamar das bandeiras tarifárias para o nível máximo em setembro, o que aumenta a conta da energia elétrica em cerca de 10%.

Um dos principais desafios do setor elétrico tem sido justamente o chamado “horário de ponta”, de pico da demanda por energia, entre 18h e 19h. É um momento em que os par-

ques solares deixam de produzir energia fotovoltaica e as usinas eólicas costumam produzir menos, pela baixa intensidade dos ventos, que geralmente são mais fortes à noite e de madrugada.

Em 2014, essas duas fontes renováveis de geração representam apenas 2,2% da matriz elétrica. Hoje, já são mais de 20% de toda a energia produzida no país. Isso significa que, quando não estão disponíveis, o sistema como um todo fica mais vulnerável.

Nesse caso, é preciso acionar as hidrelétricas com mais intensidade — consumindo mais água armazenada nos reservatórios — ou ligando usinas térmicas a gás natural, a carvão ou a óleo.

Retorno do horário de verão - Na reunião do comitê, também deve ser discutida a proposta de retorno do horário de verão.



Em entrevista à rádio Itatiaia nesta semana, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que o horário de verão passa a ser uma realidade “muito premente” do ponto de vista energético, até para evitar que a conta de energia elétrica suba.

O horário de verão foi extinto em 2019, no pri-

meiro ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sob a alegação de que a economia de energia era baixa e não justificava a medida.

Ao adiantar o relógio em uma hora nos meses de verão, aproveita-se a luz natural por um período prolongado.

Desta forma, quando

grande parte da população chega em casa após o trabalho, diminui a necessidade de se ligar aparelhos como lâmpadas elétricas, o que pode reduzir a demanda.

Nas cidades, o acionamento da iluminação pública urbana também ocorre mais tarde do que o habitual, o que alivia a carga.

